

Falta coordenar a ação

O baixo nível socio-econômico da população, caracterizado pela pobreza, ignorância, má habitação e falta de saneamento básico é, talvez, o principal bloqueio às atividades de saúde junto à comunidade. Mas não é o único. A descoordenação entre os órgãos executivos, a despreparação e carência do pessoal de saúde e a má distribuição dos recursos físicos impedem que as unidades de saúde atuem efetivamente. E, quando conseguem resultados que podem ser considerados bons, surge um terceiro problema: as condições sociais e culturais da comunidade não permitem que seja mantido um bom nível de saúde.

Esses problemas foram levantados por alguns grupos de trabalho que estão se reunindo durante a conferência. As conclusões finais serão apre-

sentadas amanhã ao plenário, no encerramento do encontro.

Para outro grupo, a falta de integração dos programas que visam ao mesmo objetivo, a ausência de coordenação das múltiplas instituições em cada nível de governo e a falta de conscientização dos dirigentes das instituições de saúde para os interesses básicos e os anseios da população são outros bloqueios ao Sistema Nacional de Saúde.

Para corrigir estas distorções, os técnicos acham que deve se reforçar o Conselho de Desenvolvimento Social, incentivar a criação de órgãos de coordenação das atividades de saúde a nível estadual e municipal, e ainda criar uma coordenação a nível intersetorial.

Outros participantes defenderam, durante os debates, a

necessidade de uma explícita política de saúde, já que o Sistema Nacional de Saúde tem caráter pluralista — envolve organismos estatais e privados com e sem fins lucrativos. Também acreditam que ela deva ser calçada na política global do governo, orientando-se principalmente pelos objetivos sócio-econômicos do II PND.

Para isso, eles recomendam que se ajuste o conceito de saúde à política de desenvolvimento social; que crie um órgão coordenador, junto à Presidência da República, ao qual estariam subordinadas as ações de todas as instituições; que se definam as áreas de competência e responsabilidade dos poderes públicos, e que se definam os indicadores que serão utilizados na avaliação dos programas.